

## Economia Mundial em 1970 — Inflação e Menor Crescimento

Em 1970 a economia mundial não teve desempenho brilhante. A inflação continuou a ser problema comum à maioria dos países industrializados nos quais a atividade econômica não apresentou o mesmo dinamismo do ano anterior. A economia dos Estados Unidos, em particular, que se expandira rapidamente durante a última década, apresentou crescimento medíocre em 1969 e não deve ter acusado incremento algum em 1970, sendo mesmo provável que os dados venham revelar ligeira queda no seu produto real. Até o início de 1970 os empresários mantinham expectativa otimista quanto à retomada de dinamismo da economia. Pesquisa realizada no início do ano revelou que as empresas esperavam aumentar bastante o volume das vendas e lucros em 1970. A partir do 2º trimestre, entretanto, já era fato concreto que: a) a produção industrial sofrera retração em 10 dos 11 meses anteriores; b) a taxa de desemprego aproximava-se de 5%, contra nível inferior a 3,5% no início de 1969; c) os lucros líquidos empresariais situavam-se cerca de 13 a 14% abaixo do nível alcançado no começo de 1969. Diante disso, os planos de aquisição de bens de capital pelas empresas passaram a refletir mudanças de expectativa. Previam-se, inicialmente, aumento de 10% nas despesas com equipamentos no decorrer de 1970. A medida que o volume de venda e dos lucros se situavam abaixo dos níveis esperados, as empresas passaram a efetuar cortes nos seus programas de investimentos. É provável que o aumento nas

despesas de capital não tenha ultrapassado a faixa dos 5 a 6%.

A Alemanha também, segundo dados estimados até o final do primeiro semestre do ano, deve ter apresentado crescimento menor em 1970 que no ano anterior. O produto real cresceu 5,4% no primeiro semestre de 1970, contra 8,5% no equivalente período de 1969. Além disso, em face dos problemas inflacionários com que o país se vem defrontando, os efeitos das políticas fiscal e monetária contribuíram para que a economia não continuasse a apresentar o mesmo ritmo de crescimento dos anos anteriores. De qualquer maneira, o desempenho da economia alemã ainda pode ser considerado satisfatório, em função dos resultados obtidos no último ano.

O Japão, que atualmente se situa em terceiro lugar no mundo como potência econômica, vindo logo depois dos Estados Unidos e U.R.S.S., tampouco apresentou em 1970 o ritmo de crescimento dos anos anteriores. Dados referentes ao primeiro semestre fiscal, terminado em setembro, revelaram que a taxa de expansão das vendas e lucros empresariais acusou declínio em relação ao semestre anterior. Esse país, que também se vinha caracterizando por baixíssimas taxas de inflação nos últimos anos, passou em 1970 a sofrer o problema da elevação dos preços em proporções suficientes para causar preocupações. O índice de preços dos bens de consumo cresceu 5,9% entre setembro de 1969 e setembro de 1970.

A economia francesa apresentava bons resultados até final de se-

tembro, em termos de produção de bens e serviços, quando se previa que o produto interno bruto poderia crescer 6,2% para o ano como um todo. Todavia, as pressões inflacionárias permaneciam firmes, principalmente através dos aumentos salariais e dos preços dos produtos importados.

O Reino Unido, que há alguns anos vem apresentando crescimento econômico bem abaixo da média dos demais países industrializados, tampouco teve em 1970 um ano muito favorável. Os prejuízos sofridos pela Inglaterra, em consequência de greves, superaram os do ano anterior e a inflação de custos constitui um dos mais sérios problemas com que se defrontaram os responsáveis pelas políticas fiscal e monetária do país.

A Itália, que nos últimos anos se vinha destacando pelo seu rápido crescimento econômico dentro do grupo dos países industrializados, vem sofrendo grandes prejuízos desde 1969, como decorrência de problemas políticos. Os movimentos grevistas continuaram a ser, em 1970, o principal responsável pelo menor crescimento da produção. Em agosto o governo italiano adotou medidas fiscais destinadas a transferir recursos do consumo para o investimento. De qualquer maneira o resultado de tal orientação se fará sentir somente no corrente ano mesmo assim se houver maior equilíbrio na área trabalhista.

Apesar de somente a partir de 1968/69 a inflação se haver tornado problema comum a maioria dos países industrializados, os Estados Unidos e o Canadá a conhe-



cem desde 1965. Os esforços de estabilização levados a efeito nesses dois países, através do controle da demanda, têm sido de certo modo inócuos, em função do desprêgo gerado ao mesmo tempo que as pressões de custo continuam a forçar novos reajustes dos preços. Nos últimos meses, entretanto, observou-se certo progresso em termos dos índices de preços por atacado nos Estados Unidos e dos índices de preços dos bens de consumo no Canadá. De qualquer modo, os acordos salariais continuam a ser firmados em bases incompatíveis com o crescimento da produtividade, o que certamente constituirá resistência básica à estabilização dos preços nesses países.

A eliminação dessas pressões inflacionárias em vários países industrializados é, sem dúvida, indispensável para um desempenho satisfatório da economia mundial a médio e longo prazos. Além dos Estados Unidos e Canadá, muitos outros países deverão exercer maior controle sobre o nível da demanda interna, caso desejem eliminar as fontes de inflação. Se não houver esforço comum por parte de todas as nações que sofrem presentemente o problema da inflação, inevitável será o prejuízo tanto no âmbito das desenvolvidas quanto no das subdesenvolvidas, em termos dos objetivos a longo prazo. As duas armas tradicionais utilizadas para debelar a inflação têm sido as políticas fiscal e monetária. Esses instrumentos não se têm revelado suficientes para neutralizar a espiral salários-preços, a não ser à custa de indesejáveis ônus sociais. Seria necessário, portanto, que essas políticas fossem complementadas por outra de renda, assim chamada toda a gama de medidas destinadas a influenciar os movimentos dos preços e dos salários em benefício do interesse comum.

#### **Maior Equilíbrio nos Pagamentos Internacionais**

A despeito da inflação, constataram-se em 1970 certos aspectos positivos na área dos pagamentos internacionais. Alguns países euro-

peus, em particular Reino Unido, França e Alemanha, apresentaram importantes melhorias no sentido de atingir maior equilíbrio nos seus balanços de pagamentos. Isso ajudou inclusive a restaurar a confiança no atual sistema monetário internacional, e a tranquilizar o mercado financeiro. Dentre os elementos que contribuíram para melhorar a situação monetária internacional, destacaram-se: a) utilização do mecanismo dos direitos especiais de saque como nova forma de criar reservas internacionais dentro de uma base racional; b) substanciais aumentos nas quotas do Fundo; e c) definição de uma política de compra de ouro da África do Sul.

Alguns países, entretanto, não conseguiram ainda, equilíbrio satisfatório nos seus pagamentos externos. É o caso do Canadá, que sofreu pressão monetária decorrente do rápido acúmulo de divisas, o que ocasionou a revisão, em maio, da taxa de paridade do dólar canadense.

Do ponto de vista do funcionamento do sistema monetário internacional, continuou sendo ponto básico o problema do déficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Normalmente os superávits das transações com mercadorias e serviços não foram suficientes para compensar as saídas de capital de longo prazo e os gastos do governo no exterior. Recentemente, contudo, a posição dos pagamentos correntes melhorou em função de medidas destinadas a restringir as importações, ao mesmo tempo que se verifica expansão da demanda por produtos americanos nos demais países. Em última análise, o funcionamento tranquilo atual do sistema de pagamentos internacionais depende fundamentalmente da estabilização do valor do dólar americano, já que ele continua sendo a principal base da liquidez internacional.

Um fator importante que tem contribuído para melhorar o equilíbrio dos pagamentos internacionais nos últimos anos é a maior flexibilidade das taxas de câmbio. Desde a valorização do marco alemão, a

questão da flexibilidade de câmbio é discutida mais abertamente por organismos financeiros internacionais. O sistema de paridades fixas estabelecido em Bretton Woods não se ajusta a certos tipos de desequilíbrios crônicos nos pagamentos internacionais. Considerações de natureza pragmática contribuíram, com o passar dos anos, para amoldar a política do FMI em relação aos ajustamentos das taxas de câmbio.

Muitos países, em desenvolvimento que sofrem de processo inflacionário crônico tiveram grandes prejuízos em decorrência da rigidez antes vigorante quanto à paridade cambial. O sistema era mantido quase sempre à custa de grandes perdas de divisas e severos controles internos, ambos com efeitos negativos sobre o desenvolvimento. A posição do Fundo não era clara até 1963 quando aceitou a proposta das Filipinas para adoção de sistema menos rígido de taxas de câmbio. Atualmente vários países têm procurado ajustar sua taxa de câmbio, sempre que isso se torne necessário, com bons resultados para o maior equilíbrio nos respectivos balanços de pagamentos.

#### **Ação do Banco Mundial**

No ano fiscal de 1970 o Banco Mundial realizou novos empréstimos e investimentos que totalizaram 2,3 bilhões de dólares, o que se compara favoravelmente com os 1,88 bilhão de 1969 e 1,0 bilhão em 1968. O ano recém-findo foi o segundo de um plano quinquenal do Banco que tem como meta dobrar o volume de operações no período 1969/73, relativamente ao quinquênio anterior. Tal objetivo será realizado se o Banco conseguir financiar projetos altamente prioritários que representam um total de 30 bilhões de dólares em investimento e dos quais cerca de 12 bilhões serão fornecidos por aquela instituição.

Nos últimos 2 anos as atividades do Banco Mundial têm-se voltado, com ênfase, para os projetos agrícolas que possam contribuir



para aumentar a oferta de alimentos no sentido de atender a uma população crescente, para incremento das exportações ou para fornecimento de matérias-primas ao setor industrial. Os projetos ligados ao setor agrícola aprovados pelo Banco Mundial em 1969 e 1970 receberam recursos equivalentes a 50% do total por ele destinado a esse mesmo setor desde sua fundação.

Os projetos educacionais também têm recebido atenção especial nos 2 últimos anos. A área geográfica de atuação do Banco foi bastante ampliada para atender a um número cada vez maior de países em desenvolvimento, ou mesmo alguns extremamente pobres, como é o caso dos africanos. Nesses dois anos o Banco financiou projetos em cerca de 60 países, boa parte dos quais não fora ainda contemplada com a ajuda financeira da instituição.

Um programa de alta prioridade para as nações que buscam o desenvolvimento e que o Banco tem procurado incrementar nos últimos anos é o das missões econômicas destinadas a assistir os países na formulação de estratégias de desenvolvimento.

O Banco Mundial financiou a elaboração de um relatório destinado a indicar algumas prioridades para um programa de desenvolvimento mundial. Esse trabalho ficou conhecido como "Relatório Pearson". Dentre a série de recomendações daquele documento pelo menos três foram particularmente enfatizadas: a) necessidade do estabelecimento de uma meta realista nos programas de ajuda externa para o desenvolvimento; b) melhoria na coordenação dos programas das diversas instituições voltadas para a causa do desenvolvimento; c) necessidade de medidas destinadas a reduzir os índices de crescimento demográfico em alguns países.

Quanto ao problema da ajuda externa, há que distinguir entre ajuda externa pura e simples e a *ajuda externa oficial*. As conferências das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento de 1964 e 1968 fizeram referência ao valor equiva-

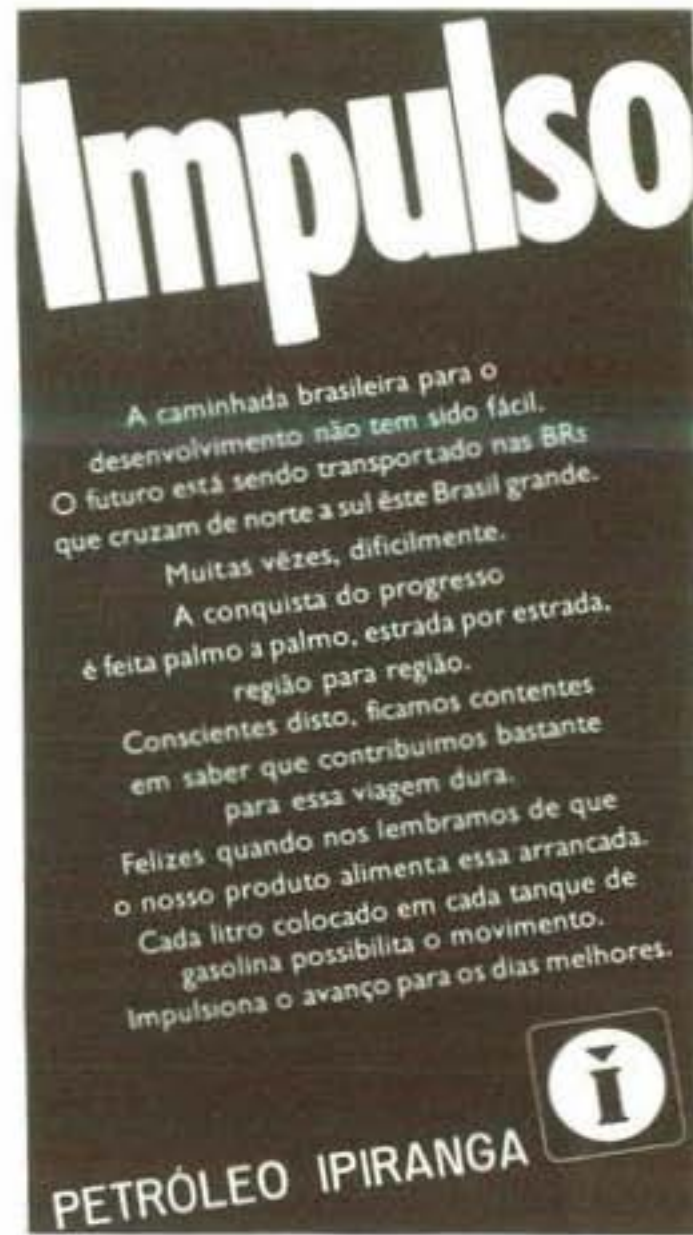
lente a 1% do PNB dos países desenvolvidos como a meta a ser atingida em termos quantitativos pelos programas de ajuda externa. A Comissão Pearson mostrou que essa meta chegou a ser superada em alguns anos, mas insiste que tal acontecimento não se deve considerar como resultado satisfatório. Isso porque se os capitais particulares podem mover-se para os mercados que oferecem maiores taxas de juros, eles dificilmente se destinam a financiamento de projetos de infraestrutura que são em geral os de maior prioridade nos países em desenvolvimento. A Comissão Pearson concluiu pois que a destinação de ajuda oficial aos países do terceiro mundo se reveste de importância primordial para o financiamento dos programas de desenvolvimento. Durante a década dos 60 essa ajuda oficial se reduziu à terça parte do que vigorava na década anterior, se tomada como proporção do Produto Nacional Bruto dos países desenvolvidos. A Comissão sugeriu que se fixasse como meta que até meados da presente década a *ajuda externa oficial* dos países desenvolvidos atingisse a proporção de 0,7% do seu PNB conjunto. Isso — se levado à prática — exigirá um esforço bastante vigoroso, pois atualmente essa ajuda se situa em torno de 0,3% do total do PNB dos países industrializados.

A ajuda oficial por parte dos Estados Unidos situou-se abaixo de 0,3% do seu PNB em 1970, contra 2,79% em 1949, quando se iniciava o plano Marshal de recuperação da Europa. A maioria dos países desenvolvidos reconhece que a recomendação da Comissão Pearson deve ser um dos objetivos a serem atingidos na década dos 70, sem o que não se pode pensar em justiça social em termos amplos. Basta apenas lembrar que os Estados Unidos, com população correspondente a 6% do total mundial, consome cerca de 40% da produção dos bens e serviços do mundo.

Lembra ainda o relatório a necessidade de maior coordenação nos programas de desenvolvimento com vistas a eliminar a duplicação de esforços. Caberia ao Conselho

Econômico e Social da O.N.U. promover conferência objetivando aglomerar as diversas agências internacionais de desenvolvimento para se obter melhor entrosamento entre elas com o fim de se alcançar maior eficiência geral.

Outro aspecto particularmente enfatizado refere-se à necessidade de se generalizarem os programas de planejamento demográfico. O excessivo crescimento populacional é responsável pela frustração do desenvolvimento em muitos países onde os ganhos em termos de crescimento econômico são diluídos pela forte explosão demográfica. Lembra o relatório que, apesar dos esforços que já se realizam nesse setor, em muitos países o volume de recursos a ele destinados ainda está bastante aquém do desejável. Em 1970, 22 países da Ásia, África e América Latina, representando cerca de 70% da população desses continentes, tinham programas oficiais de demografia. Na maioria deles, contudo, tais programas não atingiram ainda grau satisfatório de desenvolvimento e em muitos casos o apoio oficial é apenas nominal e não efetivo.



**Impulso**


A caminhada brasileira para o desenvolvimento não tem sido fácil. O futuro está sendo transportado nas BRs que cruzam de norte a sul este Brasil grande.

Muitas vezes, dificilmente. A conquista do progresso é feita palmo a palmo, estrada por estrada, região para região.

Conscientes disto, ficamos contentes em saber que contribuimos bastante para essa viagem dura.

Felizes quando nos lembramos de que o nosso produto alimenta essa arrancada. Cada litro colocado em cada tanque de gasolina possibilita o movimento. Impulsiona o avanço para os dias melhores.

**PETRÓLEO IPIRANGA**





# BANCO FINASA DE INVESTIMENTO S.A.

MATRIZ: RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 317 — SÃO PAULO

AGÊNCIA: AVENIDA RIO BRANCO, 123 — RIO DE JANEIRO

RUA Dr. MURICI, 653 — CURITIBA

RUA DOS ANDRADAS, 1.170 — PORTO ALEGRE

Carta de Autorização n.º A-1.825/66 de 29-9-66 — C.G.C. n.º 60.664.844

CAPITAL E RESERVAS Cr\$ 38.043.389,71

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

DEBITO	CRÉDITO	ATIVO	PASSIVO
<b>DESPESAS GERAIS</b> Honorários da Diretoria e Conselho de Administração..... 114.520,00 Salários, Gratificações e Pagamentos por Serviços Prestados..... 989.640,12 Despesas Diversas..... 1.587.829,52 2.701.789,60 <b>GASTOS DE MATERIAL</b> ..... 190.909,97 <b>IMPOSTOS</b> ..... 643.544,06 <b>CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE DEPÓSITOS A PRAZO FIXO</b> ..... 10.902.838,28 <b>PERDAS DIVERSAS</b> ..... 287.877,18 <b>AMORTIZAÇÃO DO ATIVO</b> Fundo de Amort. de Móveis e Utensílios..... 31.703,02 Fundo de Amortização de Instalações..... 6.771,41 Fundo de Amortização de Imóveis..... 20.338,87 58.812,30 <b>SUBTOTAL</b> ..... 14.805.800,44 <b>FUNDO DE RESERVA LEGAL</b> ..... 317.047,37 <b>FUNDO DE PROVISÃO</b> ..... 6.150.000,00 <b>OUTRAS RESERVAS</b> ..... 1.105.106,27 <b>DIVIDENDOS AOS AÇÕESISTAS</b> Açõesistas Residentes no País Dividendo de Cr\$ 0,05 por ação..... 898.437,20 Açõesistas Residentes no Exterior: Dividendo de Cr\$ 0,05 por ação..... 628.572,80 1.525.000,00 <b>PERCENTAGEM À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> ..... 624.894,74 <b>SALDO QUE SE TRANSFERE PARA O EXERCÍCIO SEQUENTE</b> ..... 30.447,94 <b>SUBTOTAL</b> ..... 24.227.495,79	<b>SALDO NÃO DISTRIBUÍDO NO EXERC. ANTERIOR</b> ..... 20.760,90 <b>RECEITA DE JUROS</b> ..... 5.515,57 <b>COMISSÕES</b> ..... 2.179.882,78 <b>LUCROS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b> ..... 4.028.873,96 <b>CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE EMPRÉSTIMOS</b> ..... 11.809.219,00 <b>REVERSÃO DO CRÉDITO FEITO AO FUNDO DE PROVISÃO EM 30-6-70</b> ..... 3.000.000,00 <b>REVERSÃO DO FUNDO DE AMOR. DE IMÓVEIS</b> ..... 30.338,87 <b>OUTRAS RENDAS</b> ..... 74.274,53 <b>RECUPERAÇÃO DE PREJUÍZOS LANÇADOS EM "LUCROS E PERDAS"</b> ..... 78.873,43 <b>SUBTOTAL</b> ..... 24.227.495,79	<b>A — DISPONÍVEL</b> Banco Conta de Movimento..... 7.821.081,08 Em Outras Expirações..... 420,00 7.821.501,08 <b>B — REALIZÁVEL</b> Banco Central do Brasil Doc. Lei 450/64..... — Dev. por Resp. Cambial com Correção..... 87.921.286,52 Dev. por Refinanciamento FINAME..... 1.287.946,83 Empréstimos com Correção Monetária..... 121.347.089,77 Respostas de Obrigações em Moeda Estrangeira — Resolução 63..... 44.760.723,57 Capital a Realizar..... — Outras Créditos..... 12.155.065,30 Ações no País..... 72.308,18 Indivíduo para Uso Futuro..... 3.389.484,18 <b>SUBTOTAL</b> ..... 230.813.095,25 <b>Títulos e Valores Mobiliários</b> Ações e Debênturas..... 10.907.894,41 Outros Valores..... 21.308.244,37 243.029.204,03 <b>C — IMOBILIZADO</b> Edifício de Uso do Banco..... 1.200.507,20 Móveis e Utensílios..... 844.545,28 Material de Expediente..... 144.366,08 Reservação de Ativo Imobilizado Lei 4.357 de 16-7-64..... 1.180.866,84 Instalações..... 124.246,47 3.449.471,87 <b>D — RESULTADOS PENDENTES</b> Contas de Resultados, Inclusive Correção Monetária de Exercícios Fut. .... 11.282.418,51 <b>E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b> Ações Quotidianas..... 380,00 Cobrança por Conta de Tercleiros..... 3.040.001,82 Valores em Garantia..... 384.145.407,70 Outras Contas..... 40.357.535,96 Fundo de Investimento FINASA-157..... 27.000.372,80 Fundo de Investimento FINASA..... 4.849.792,59 439.205.490,77 <b>SUBTOTAL</b> ..... 764.882.056,86	<b>F — NÃO EXIGÍVEL</b> Capital Residentes no País 13.328.544,00 Residentes no Ext. 8.371.456,00 22.000.000,00 Fundo de Reserva Legal..... 1.729.818,00 Fundo de Provisão..... 10.850.000,00 Fundo de Amortização de Ativos..... 215.428,81 Fundo de Indenizações Trabalhistas Lei 4.357 de 16-7-64..... 10.000,00 Correção Monetária do Ativo Lei 4.357 de 16-7-64..... 1.134.372,81 Outras Reservas..... 1.792.073,27 Fundo de Reserva para Aumento de Capital — Doc. Lei 238/67..... 9.294,88 33.043.389,71 <b>G — EXIGÍVEL</b> Títulos Cambiais com Correção..... 71.206.222,50 Refinanciamento FINAME..... 1.255.656,72 Depósitos a Prazo Fixo com Correção 115.329.621,53 Obrigações em Moeda Estrangeira Resolução 63..... 45.032.940,90 Outras Créditos..... 13.820.813,24 Ações no País..... 62.332,80 Dividendos a Pagar..... 1.125.000,00 248.133.386,48 <b>H — RESULTADOS PENDENTES</b> Contas de Resultados, Inclusive Correção Monetária de Exercícios Fut. .... 19.309.819,70 <b>I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b> Cargos da Diretoria..... 380,00 Créditos por Títulos em Cobrança..... 3.040.001,82 Depos. de Valores em Garantia..... 384.145.407,70 Outras Contas..... 40.357.535,96 Depósitos do Fundo de Investimento FINASA-157..... 27.000.372,80 Depósitos do Fundo de Investimento FINASA..... 4.849.792,59 439.205.490,77 <b>SUBTOTAL</b> ..... 764.882.056,86

São Paulo, 4 de Junho de 1971

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(a) Adolpho de Oliveira Franco  
(a) Eduardo Cato da Silva Prado  
(a) Ernst Gunther Lippke  
(a) Fernando Machado Portella  
(a) Gastão Vidigal Baptista Pereira  
(a) J. M. Pinheiro Neto

(a) João Pedro Gouveia Vieira  
(a) Jorge Amorim Baptista da Silva  
(a) José Pereira Fernandes  
(a) Leonidas Lopes Bello  
(a) Lucas Nogueira Gomes  
(a) Lucien Marc Moser

(a) Miguel Reale  
(a) Nicolau Moraes Barros Filho  
(a) Phillip B. Fisher Jr.  
(a) Sebastião Aguiar de Souza  
CRC SP — n.º 30.849  
Técnico em Contabilidade

São Paulo, 4 de Junho de 1971

(a) Gastão Eduardo de Buenos Vidigal — Presidente  
(a) Jorge Wallace Simonson — Vice-Presidente  
(a) Wilton Pass de Almeida Filho — Vice-Presidente

(a) Celmino Antonio Ribeiro — Vice-Presidente Executivo  
(a) João Gustavo Haenel — Superintendente  
(a) Angelo Marcos Balduino Frederico — Diretor Executivo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal do Banco Finasa de Investimento S.A. no desempenho de suas funções legais, tendo examinado o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e demais contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1970, encontrando tudo em ordem, são de parecer que os mesmos devem ser aprovados pela assembleia geral dos senhores acionistas.

São Paulo, 4 de Junho de 1971

Armando Freire de Mattos Barreto Fábio Luiz Alves Lima Mauro Lindenborg monteiro José Ernildo de Moraes Filho Marcos Vieira da Cunha